

Valor Econômico, 23 de março de 2020

MP mira empresas grandes e deixa dúvidas sobre suspensão de contrato de trabalho

Segundo especialistas, medida ainda carece de detalhamentos sobre sua operacionalização

Por: Bruno Villas Bôas

Publicada na noite deste domingo pelo governo, a Medida Provisória 927, que permite a suspensão do contrato de trabalho por até quatro meses sem pagamento de salários, ainda carece de detalhamentos sobre sua operacionalização, diz Bruno Ottoni, economista da consultoria IDados.

Na MP, o governo estabelece que a suspensão contratual precisará ser associada a uma “participação em curso ou programa de qualificação profissional”, benefício que será “voluntariamente concedidos pelo empregador”. Esse é um dos pontos de incerteza, segundo o pesquisador.

“O empregador poderá oferecer qualquer curso ou apenas algum do Senai, por exemplo. E como o governo vai controlar a realização desse curso? Bastará que o trabalhador assine um papel dizendo que aceita”, questiona Ottoni, lembrando que o trabalhador é o lado mais fraco da negociação.

“Na prática, a MP acaba atingindo as classes com alguma reserva de dinheiro. O trabalhador mais pobre não se sustenta quatro meses sem salário”, diz Ottoni, lembrando que as medidas anunciadas são voltadas ao setor formal e a ajuda de R\$ 200 prometidas pelo governo é destinada ao trabalhador informal.

Para ele, a medida sinaliza que o governo federal está preocupado com a situação financeira das empresas, que vão ter dificuldade para realizar pagamento de salários num período de recessão e baixa receita. “O objetivo é evitar que ela quebre”, explica Ottoni.

Para ele, o melhor teria sido o governo ter buscado formas de ajudar as empresas sobreviverem sem afetar a renda dos trabalhadores. “Não entendo

porque o governo não mira em políticas que ajudem empresas a sobreviver e pagar salários, buscando ajudar as empresas de outra forma”, acrescenta.

Empresas grandes

A Medida Provisória 927/20 mira a manutenção dos empregos pelas grandes empresas, mas pode ter pouco resultado para os negócios de pequeno e médio porte, diz João Sabóia, professor do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Publicada em edição extra do Diário Oficial da União (DOU) na noite de domingo, a MP é parte das medidas para enfrentar os efeitos econômicos do novo coronavírus. O texto permite a suspensão do contrato de trabalho por quatro meses, período em que o empregador não precisa pagar salário, embora possa conceder “ajuda compensatória mensal”.

“Grandes empresas têm interesse em manter o quadro de pessoal, não pode demitir todo mundo. Ela vai reduzir seus custos e terá seus empregados atualizados, já que os cursos à distância serão obrigatórios”, explica Sabóia, acrescentando que as empresas de maior porte têm condições de pegar empréstimos de curto prazo e seguir existindo.

O economista acrescenta, porém, que as companhias de pequeno e médio portes podem não ter interesse na medida. Ele coloca em dúvida o interesse dessas empresas de arcar com custos de cursos à distância e ainda manter certos benefícios de funcionários, como previsto na MP. “O pequeno negócio quer nesses momentos cortar totalmente seus custos”, explica.

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que os empregadores de grande porte (com 250 funcionários ou mais) respondiam por 47% do total de empregos formais no país em 2017. Esse percentual era maior em 2013, antes da crise. Também nesses empregadores de maior porte geralmente estão os maiores salários.

Sabóia diz que a MP precisa ser complementada com medidas visando os trabalhadores. “Como as pessoas vão se sustentar quatro meses sem receber salários? Alguém demitido receberia seguro desemprego, ao menos. As empresas podem oferecer ajuda mensal aos trabalhadores, mas isso depende de acordo. Vai ser suficiente”, questiona.

Saboia teme um forte crescimento do desemprego nos próximos meses e cobra mais “coragem” do governo na assistência aos trabalhadores. “Governo vai ter que ter mais coragem, botar dinheiro na mão das pessoas, porque vai ser um período muito difícil. Mesmo com coronavírus, pode haver protestos, mobilização social grande”, avalia.

Link original: <https://valorinveste.globo.com/mercados/brasil-e-politica/noticia/2020/03/23/mp-mira-empresas-grandes-e-deixa-duvidas-sobre-suspensao-de-contrato-de-trabalho.ghtml>